

**AO JUÍZO DA VARA CÍVEL DA CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE  
XXXXXXXXXX/UF**

**FULANO DE TAL**,\_\_NACIONALIDADE,\_\_ESTADO CIVIL,  
PROFISSÃO, portador da CI nº XXXXXXXX SSP/UF e CPF nº XXX.XXX.XXX-  
XX, residente e domiciliada na ENDEREÇO, telefone: XXXXX-XXXX, por  
intermédio da DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL, NÚCLEO DE  
XXXXXXXXX, vêm respeitosamente à presença de Vossa Excelência propor,  
a presente:

**AÇÃO DE EXECUÇÃO**

em face de **FULANO DE TAL**, NACIONALIDADE, ESTADO CIVIL, PROFISSÃO,  
portador da CI nº XXXXXXXX SESP/UF e CPF nº XXX.XXX.XXX-XX, residente e  
domiciliado no ENDEREÇO, telefone: XXXXX-XXXX, pelos fatos e  
fundamentos a seguir expostos:

Preliminarmente, **a Exequerente informa que está atualmente  
desempregada e, portanto, não aufera renda alguma**, o que justifica  
seu pedido aos benefícios da gratuidade de justiça, eis que não pode arcar  
com o pagamento das custas e honorários sem prejuízo do seu sustento e de  
sua família.

**DOS FATOS**

A Executada trabalha como coordenadora da escola em que o filho

da Exequite estuda, local em que acabaram se conhecendo.

Na época, a Exequite trabalhava como cuidadora de idosos e, no intuito de acrescer sua renda, realizava faxinas na residência da Executada e de sua genitora nas horas vagas.

Com o aumento da convivência, as partes iniciaram um vínculo de amizade, razão pela qual a Exequite realizou um empréstimo em DIA MÊS de ANO, em seu próprio nome, em benefício da Executada, no valor total de R\$ XX.XXX,XX, com X parcelas de R\$ XXX,XX.

Ressalta-se que todas as negociações do empréstimo junto ao Banco TAL foram feitas pela própria Executada, tendo a Exequite apenas assinado o contrato.

Mister esclarecer que, das X parcelas, apenas X parcelas foram adimplidas pela Executada, **restando ainda X parcelas em aberto**, sendo que a primeira em atraso é a do mês de MÊS.

Posteriormente, a Exequite passou a residir na casa da genitora da Executada, em um contrato verbal de comodato. No entanto, como contraprestação, a Executada utilizou-se do cartão de crédito da Exequite, tendo realizado dívidas no valor de R\$ XXX,XX e XXX,XX.

Diante do conflito em que se encontram, as partes compareceram à Defensoria Pública do DF e realizaram acordo em audiência de mediação, **conforme título extrajudicial anexo**, no qual consta que a Executada confessou e assumiu todas as dívidas supracitadas.

Com relação à dívida de R\$ XXX,XX, esta foi honrada pela Executada. No entanto, **no que tange à dívida de R\$ XXX,XX, o vencimento era no dia XX/XX/XXXX e também está em atraso.**

Embora a Exequite tenha cumprido a Cláusula Primeira do referido acordo, a Executada **não honrou a Cláusula Quinta no que diz respeito ao pagamento da parcela de MÊS/ANO em atraso, a qual seria paga em XX/XX/XXXX; assim como as parcelas dos meses MÊS e de MÊS**, ambas com vencimento para o dia 15 de cada mês, conforme atualização abaixo:

Valores atualizados pelo INPC até:			XX/XX/XXXX			Apenas o		
						<b>DIA</b> do		
Data	Parcela	Parcela atualizada	Juros	Total	Pago	Pagamento	Pg. Atual.	Saldo

XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	X,X	XXX,X X			XXX,X X	XXX,XX
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	X,X	XXX,X X			XXX,X X	XXX,XX
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	X,X	XXX,X X			XXX,X X	XXX,XX
Total								X.XXX,X X

Valores atualizados pelo INPC até:			X/XX/ XXXX			Apenas o		
						<b>DIA</b> do		
Data	Parcela	Parcela atualizada	Juros	Total	Pago	Pagamento	Pg. Atual.	Saldo
XX/XX/ XXXX	XXX, XX	XXX,XX	X,XX	XXX,X X			XXX,X X	XXX,XX
Total								XXX,XX

Assim, considerando o inadimplemento da Executada, mesmo após a realização de audiência de mediação, a Exequente não vê outro modo que não seja recorrer ao Poder Judiciário, de satisfazer a sua pretensão em receber o **valor total de R\$ X.XXX,XX (parcelas vencidas em MÊS, MÊS e MÊS de ANO)**, além da quantia de **R\$ XXX,XX relativa à dívida no cartão de crédito da Requerente**, perfazendo o **total de R\$ X.XXX,XX.**

A Exequente deseja, ainda, que a Executada lhe pague o valor das demais parcelas vincendas, uma vez que se encontra em uma situação de insegurança para resguardar seus direitos, considerando que a Executada se encontra com o nome negativado pela quantia total de R\$ XX.XXX,XX, fato este desconhecido no momento em que foi realizada a audiência de mediação.

Ademais, a Executada já realizou outras dívidas com o mesmo *modus operandi* em desfavor de outras pessoas, tais como a Sra. FULANO DE TAL.

Percebe-se que até a presente data a Exequente vem tentando pacificamente acordos, inclusive feito com a intermediação da Defensoria Pública do DF, os quais restaram infrutíferos. Assim, com o intuito de resguardar os direitos da Exequente, a presente medida torna-se necessária.

Quanto às parcelas ainda não vencidas, **referente as parcelas dos**

**empréstimos** que a Executada deveria ressarcir a Exequente, **o total é de R\$ XX.XXX,XX.**

**Subsidiariamente,** deverá a presente execução, por medida de economia processual e econômica, abranger também as parcelas do acordo celebrado entre as partes que forem se vencendo ao longo da lide, e não sejam pagos pela Executada, **pois de outra forma, para cada parcela não paga pela Executada deverá ser proposta uma nova ação de execução.**

## **DOS PEDIDOS**

Diante de todo o exposto, REQUER a Vossa Excelência, o que se segue:

- sejam concedidos os benefícios da justiça gratuita, nos termos do art. 98, do CPC;
- sejam fixados honorários advocatícios a favor do PROJUR, no percentual de 10% do valor do débito, nos termos do art. 827, do CPC;
- A citação da Executada, através de mandado a ser cumprido pelo oficial de justiça, para que pague no prazo legal a quantia de **R\$ XX.XXX,XX**, já incluindo, as parcelas a vencer dos valores devidos pela Executada referente ao valor dos empréstimos que o mesmo se comprometeu a saldar junto a Exequente, conforme artigo 323 c/c art. 771, parágrafo único, do CPC;
- **Subsidiariamente,** caso não seja acatado o pedido constante no item 3, retro, requer a citação da Executada, através de mandado a ser cumprido pelo oficial de justiça, para que pague no prazo legal a quantia de **R\$ XXXX,XX**, **mais as parcelas a vencer dos valores devidos pela Executada e que no transcorrer do feito não sejam pagas pela mesma,** referente ao valor dos empréstimos que o mesmo se comprometeu a saldar junto a Exequente, conforme

artigo 323 c/c art. 771, parágrafo único, do CPC;

- Caso o Executado não efetue o pagamento do valor do item 3/4, no prazo legal, seja efetuada **PENHORA ON LINE pelo SISTEMA BACEN JUS do valor devido mais o acréscimo do valor dos honorários devidos ao PROJUR de 10% sobre o valor devido;**
- Ainda, caso **reste infrutífera a penhora ON LINE solicitada no item 5, retro, requer seja realizada pesquisa e bloqueio de eventuais veículos do Executado pelo Sistema RENAJUD;**
- **Ainda, e caso restem infrutíferas os pedidos constantes nos itens 4 e 5 retro,** requer seja determinado a penhora no rosto dos autos do valor que o Executado tem a receber no processo de inventário nº XXXX-X/XX, que tramita perante a Vara de Família, Órfãos e Sucessões de XXXXXXXX-UF;
- Por fim, caso a Executada não efetue o pagamento do débito objeto do presente feito no prazo legal, requer que seja determinado também o protesto do pronunciamento judicial, nos termos do art. 517, do CPC, bem como, a inclusão do nome da Executada junto aos cadastros do SPC-SERASA, nos termos do art. 782, § 3º do CPC;

Protesta provar o alegado pelos documentos ora juntados, pela tomada do depoimento pessoal da Exequente e do Executado em audiência, e pela oitiva da testemunha ao final arrolada.

Dá a causa o valor de R\$ XX.XXX,XX

Pede deferimento

XXXXXXXXX, DIA de MÊS de ANO

**FULANO DE TAL**  
Exequente



**FULANO DE TAL**

Defensor Público do Distrito Federal

**ROL DE TESTEMUNHA**

- **FULANO DE TAL**, residente e domiciliada no ENDEREÇO, telefone: XXXXX-XXXX;
- **FULANO DE TAL**, residente e domiciliada no ENDEREÇO, telefone: XXXXX-XXXX;